

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Apresentação:** Submetemos à apreciação de V.Sas., em cumprimento às determinações legais e estatutárias, as demonstrações contábeis da J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários (CCVM) do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, acrescidas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. **Desempenho:** No exercício, a CCVM apresentou um lucro de R\$ 78.700 mil, correspondente a R\$ 10,42 por ação, sendo que no exercício anterior apresentou lucro de R\$ 73.490 mil. Em 31 de dezembro de 2016, o valor patrimonial por ação atingiu R\$ 84,53 com aumento de 5,93% em relação ao exercício anterior. São Paulo, 13 de março de 2017.

#### BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - (Em milhares de reais)

	Nota	2016	2015		Nota	2016	2015
<b>Ativo</b>				<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>		867.665	1.181.551	<b>Circulante</b>		234.182	577.247
Disponibilidades	4	2.191	910	Outras obrigações		234.182	577.247
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>	5	649.566	605.762	Fiscais e previdenciárias	9 e 11	19.543	42.158
Aplicações no mercado aberto		104.953	-	Negociação e intermediação de valores	8	201.476	522.211
Aplicações em depósitos interfinanceiros		544.613	605.762	Diversas	9	13.163	12.878
<b>Títulos e valores mobiliários</b>	6	13.051	44.876	<b>Exigível a longo prazo</b>		8.391	14.014
Carteira própria		970	-	Outras obrigações		8.391	14.014
Vinculados à prestação de garantias		12.081	44.876	Fiscais e previdenciárias	9 e 11	1.675	1.551
<b>Outros créditos</b>		202.697	529.832	Diversas	9	6.716	12.463
Rendas a receber		716	473	<b>Patrimônio líquido</b>	13	638.304	602.582
Negociação e intermediação de valores	8	197.356	521.269	Capital social		395.622	395.622
Diversos	9	4.625	8.090	De domiciliados no País		395.622	395.622
<b>Outros valores e bens</b>		160	171	Reservas de capital		1.600	578
Despesas antecipadas		160	171	Reservas de lucros		241.082	206.382
<b>Realizável a longo prazo</b>		7.081	5.789	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>880.877</b>	<b>1.193.843</b>
<b>Outros créditos</b>		7.081	5.789				
Diversos	9	7.081	5.789				
<b>Permanente</b>		6.131	6.503				
<b>Imobilizado de uso</b>		6.131	6.503				
Imobilizado de uso	10	5.624	5.624				
Outras imobilizações de uso		1.761	1.681				
(-) Depreciações acumuladas		(1.254)	(802)				
<b>Total do ativo</b>		<b>880.877</b>	<b>1.193.843</b>				

#### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de capital		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
		Subvenções para investimento	Outras reservas	Legal	Estatutária		
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>							
Aumento de capital	14	-	-	32.280	150.612	-	529.087
Pagamento baseado em ações	15 (b)	-	5	-	(50.000)	-	5
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	73.490	73.490
Destinação do lucro líquido							
Reserva legal	14	-	-	3.675	-	(3.675)	-
Reserva estatutária	14	-	-	-	69.815	(69.815)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>							
Pagamento baseado em ações	15 (b)	-	1.022	35.955	170.427	-	602.582
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	78.700	78.700
Destinação do lucro líquido							
Reserva legal	14	-	-	3.935	-	(3.935)	-
Reserva estatutária	14	-	-	-	30.765	(30.765)	-
Juros sobre o capital próprio	14	-	-	-	(44.000)	(44.000)	(44.000)
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>							
<b>Em 30 de junho de 2016</b>							
Pagamento baseado em ações	15 (b)	-	1.022	39.890	201.192	-	633.994
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	47.288	1.022
Destinação do lucro líquido							
Reserva legal	14	-	-	3.935	-	(3.935)	-
Reserva estatutária	14	-	-	-	30.765	(30.765)	-
Juros sobre o capital próprio	14	-	-	-	(44.000)	(44.000)	(44.000)
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>							
<b>Em 31 de dezembro de 2016</b>							

#### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. Contexto operacional:** A J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. ("Corretora" ou "Instituição") é uma controlada do Banco J.P. Morgan S.A. e suas operações são conduzidas no contexto de um conglomerado de instituições que atua integradamente no mercado financeiro, nacional e internacional. Conseqüentemente, certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de empresas associadas, integrantes do grupo financeiro J.P. Morgan. O benefício dos serviços prestados entre essas empresas e os custos comuns das estruturas operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade a eles atribuídos, em conjunto ou individualmente, por essas instituições. As demonstrações contábeis da Corretora foram aprovadas pela Administração em 13 de março de 2017. **2. Apresentação e elaboração das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09, associadas às normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN) e Conselho Monetário Nacional (CMN). Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de contingências e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas. **3. Principais práticas contábeis:** (a) **Auração do resultado:** É apurado pelo regime de competência. (b) **Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são registrados pelo custo de aquisição e apresentados no Balanço Patrimonial conforme a Circular nº 3.068 do BACEN, sendo classificados de acordo com a intenção da Administração na categoria "Títulos para negociação", relativa a títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, sendo classificados no curto prazo e avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período. Para cálculo do valor de mercado da carteira de títulos públicos federais são utilizados os preços médios de negociação ou o valor líquido provável de realização obtido mediante adoção de técnica ou modelo de precificação. (c) **Ativos circulante e realizável a longo prazo:** Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzido, quando aplicável, das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de mercado. (d) **Permanente:** Representado por imobilizado de uso e demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado é calculada e registrada com base no método linear, considerando taxas que contemplam a vida útil econômica dos bens, em até 20%. A avaliação periódica sobre o reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos, normalizada pela Resolução nº 3.566 do CMN, tem periodicidade anual. (e) **Passivos circulante e exigível a longo prazo:** Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos. (f) **Passivos contingentes e obrigações legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823 do CMN e Carta Circular nº 3.429 do BACEN. (g) **Passivos contingentes - decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros e órgãos públicos, em ações de natureza tributária, cível e outros riscos.** A Administração, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, provisiona o montante estimado para liquidação dos processos cujo risco de perda seja classificado como provável. Há processos cujos riscos de perda sejam classificados como possível, os quais de acordo com as normas vigentes devem ser divulgados, mas não provisionados. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor. Os depósitos judiciais em garantia correspondentes são atualizados de acordo com a regulamentação vigente. (h) **Obrigações legais - os processos tributários que estão caracterizados como obrigações legais são integralmente provisionados.** O passivo relacionado às obrigações legais em discussão judicial é mantido até a sua prescrição ou o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos. (i) **Imposto de renda e contribuição social:** A provisão do Imposto de Renda (IRPJ) corrente foi calculada à alíquota de 25%. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente foi calculada à alíquota de 20%, conforme artigo 1º da Lei nº 13.169/15 cuja vigência foi iniciada a partir de setembro de 2015, frente à alíquota de 15% utilizada em junho de 2015. Ativo e passivo fiscais diferidos referem-se, principalmente, aos ajustes temporários às bases de IRPJ e da CSLL sendo registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente. Considerando as perspectivas de realização, em 31 de dezembro de 2016: (i) o crédito tributário de IRPJ permanece com a alíquota nominal de 25% sobre os ajustes temporários a serem realizados; e (ii) o crédito tributário relativo à CSLL foi calculado mediante a utilização da alíquota aplicável de acordo com a perspectiva da realização dos ajustes temporários. Para tanto, foi considerada alíquota nominal de 20% de CSLL para ajustes temporários a serem realizados até dezembro de 2018 e 15% para ajustes temporários a serem realizados a partir de 1º de janeiro de 2019, conforme estabeleça a Lei nº 13.169/15. (h) **Caixa e equivalentes de caixa:** São demonstrados na Demonstração dos Fluxos de Caixa e incluem, quando aplicável, disponibilidades e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco irrelevante de mudança de valor e com prazo original de vencimento não superior a 90 dias. (i) **Unidade de ações restritas:** Os funcionários elegíveis participam do programa global de remuneração de longo prazo através do recebimento de unidades de ações restritas (RSUs). A mensuração das RSUs é baseada no número de ações da matriz concedidas, multiplicado pelo valor da ação na data da concessão (valor justo). A Instituição registra as despesas do exercício com plano de benefícios em ações no resultado em contrapartida ao Patrimônio Líquido, conforme CPC10 - Pagamento baseado em ações. Em função da existência de um acordo de repagamento à matriz dos benefícios concedidos, a Instituição registra um passivo em contrapartida ao Patrimônio Líquido. Os efeitos de variação cambial desse passivo, convertido pela taxa do dia, são registrados em contrapartida ao resultado. Esse acordo prevê o pagamento do menor valor entre *grant* e *vesting*, assim se o valor do *vesting* for menor que o valor do *grant* no repagamento à matriz, haverá aumento da Reserva de capital da Instituição. (j) **Juros sobre capital próprio:** Os juros sobre o capital próprio pagos são tratados, para fins das demonstrações contábeis, como dividendos e são apresentados como uma redução do Patrimônio Líquido. Assim, para efeito de elaboração e publicação da demonstração do resultado, o montante da despesa incorrida foi objeto de ajuste, mediante reclassificação para lucros acumulados. **4. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades no montante de R\$ 2.191 (2015 - R\$ 910) e aplicações interfinanceiras de liquidez no mercado aberto no montante de R\$ 104.953 (Nota 5). **5. Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As aplicações interfinanceiras de liquidez referem-se a aplicações em operações compromissadas - posição bancada no valor de R\$ 104.953 e aplicações em depósitos interfinanceiros no montante de R\$ 544.613 (2015 - R\$ 605.762) realizadas com empresas do grupo com vencimento até janeiro de 2017 (2015 - vencimento até janeiro de 2016).

**6. Títulos e valores mobiliários:** (a) **Classificação e composição da carteira**

	Valor de custo	Ganhos/(Perdas) não realizados	Valor de mercado 2016	Valor de mercado 2015
<b>Títulos para negociação</b>				
Carteira própria	974	(4)	970	-
LTN	974	(4)	970	-
Vinculados à prestação de garantias	12.064	17	12.081	44.876
LTN	22.064	17	22.081	44.876
<b>Total da carteira de TVM</b>	<b>13.038</b>	<b>13</b>	<b>13.051</b>	<b>44.876</b>

(b) **Composição por prazos de vencimentos**

	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total
Carteira própria	970	-	970
Vinculados à prestação de garantias	10.666	1.415	12.081
<b>Total da carteira - 2016</b>	<b>11.636</b>	<b>1.415</b>	<b>13.051</b>
<b>Total da carteira - 2015</b>	<b>44.876</b>	<b>-</b>	<b>44.876</b>

**7. Instrumentos financeiros derivativos:** Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a Instituição não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos em aberto.

#### 8. Negociação e intermediação de valores

	2016		2015	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Caixas de registro e liquidação	32	91.141	96	31.207
Devedores/credores - conta liquidação pendentes	197.324	110.335	521.173	490.907
Outras obrigações por negociação e intermediação	-	-	-	97
<b>Total</b>	<b>197.356</b>	<b>201.476</b>	<b>521.269</b>	<b>522.211</b>

A conta "Caixa de registro e liquidação" representa o total a receber/pagar às Bolsas de Valores, correspondentes às operações de compra/venda de ações e outros ativos financeiros por conta de clientes. Em "Devedores/credores - conta liquidação pendentes" estão registrados os valores a receber/pagar de clientes, correspondentes a ordens de compra/venda de ações e outros ativos financeiros. **9. Outros créditos e outras obrigações:** "Outros créditos - diversos" estão representados, principalmente, por depósitos por depósitos em garantia no montante de R\$ 4.064 (2015 - R\$ 3.854) (Nota 11 (a)) e créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias no valor de R\$ 7.435 (2015 - R\$ 9.787) (Nota 13). "Outras obrigações - fiscais e previdenciárias" referem-se, principalmente, à provisão para impostos e contribuições sobre lucros no valor de R\$ 17.655 (2015 - R\$ 40.629) e provisões para contingências relativas a questionamentos judiciais no montante de R\$ 1.675 (2015 - R\$ 1.551) (Nota 11 (b)). As parcelas depositadas judicialmente, quando aplicável, estão classificadas em "Outros créditos - diversos". "Outras obrigações - diversas" referem-se, principalmente, à provisão para despesas com pessoal no valor de R\$ 16.399 (2015 - R\$ 21.941), para despesas administrativas no valor de R\$ 878 (2015 - R\$ 785) e provisão para processos trabalhistas e cíveis no montante de R\$ 892 (2015 - R\$ 837) (Nota 11 (b)). **10. Imobilizado de uso:** "Imobilizado de uso" está representado em 31 de dezembro de 2016 e 2015 por edificações, no valor de R\$ 2.904 e terrenos, no valor de R\$ 2.720. **11. Passivos contingentes e obrigações legais:** As provisões para contingências constituídas e obrigações legais, as variações no período e os correspondentes depósitos judiciais estão assim apresentados:

	Depósitos judiciais		Provisões	
	2016	2015	2016	2015
Fiscais e previdenciárias - obrigações legais	3.700	3.518	1.675	1.551
Trabalhistas	32	28	560	529
Outras - taxa de fiscalização (Lei nº 7.940/89)	332	308	332	308
<b>Total</b>	<b>4.064</b>	<b>3.854</b>	<b>2.567</b>	<b>2.388</b>

(b) **Movimentação dos saldos patrimoniais**

	Fiscais e previdenciárias		Obrigações legais		Total	
	Trabalhistas	Outras	2016	2015	2016	2015
<b>Saldo inicial</b>			1.551	529	308	2.388
Despesas financeiras						
- juros			124	31	24	179
Reversões			-	-	-	(571)
<b>Saldo final</b>			<b>1.675</b>	<b>560</b>	<b>332</b>	<b>2.567</b>

(c) **Fiscais e previdenciárias - obrigações legais e outros passivos contingentes:** A Instituição é parte em processos judiciais de natureza tributária, que discutem a exigência de PIS com base nas ECs 01/94 e EC 10/96. Por representarem obrigações legais, os montantes envolvidos estão integralmente provisionados. Adicionalmente, a provisão considera processos sobre questionamento de contribuições previdenciárias sobre contribuintes individuais. A Instituição também é parte em processos administrativos de natureza tributária, caracterizados como passivos contingentes, que envolvem (i) a imposição de IRPJ e CSLL no valor de R\$ 20.825 (2015 - R\$ 19.343) sobre ganhos decorrentes da desmaterialização da Bovespa e BM&F e (ii) PIS e COFINS sobre receitas de exportação de serviços, para os anos de 2009 e 2010, no valor de R\$ 11.930 (2015 - R\$ 5.867). Os advogados responsáveis pela condução dos casos classificam seu risco de perda como possível. (d) **Ações trabalhistas:** Referem-se a ações trabalhistas contra a Instituição, patrocinadas por ex-funcionários. O valor das contingências trabalhistas é provisionado considerando as características individuais de cada ação. Em 2015, as contingências classificadas como possíveis pelos advogados responsáveis pela condução dos casos, montaram R\$ 717. Não há causas possíveis para 2016. **12. Receitas de prestação de serviços:** Referem-se, principalmente, a rendas de corretagem sobre operações realizadas na BM&FBovespa no valor de R\$ 86.799 (2015 - R\$ 82.007). Em 2015, a Instituição possuía rendas de administração de fundos de investimento no valor de R\$ 23.196. **13. Imposto de renda, contribuição social e créditos tributários:** A natureza e a origem do imposto de renda e da contribuição social diferidos e dos créditos tributários são demonstrados como segue:

	2016	2015
<b>Diferenças temporárias</b>		
Contingências fiscais e depósitos judiciais	10	36
Contingências trabalhistas	250	236
Provisão de honorários advocatícios	373	330
Provisão para participação nos lucros	4.346	4.099
Unidade de ações restritas - RSU (Nota 3 (i))	2.409	5.059
Outros	47	27
<b>Total de créditos tributários - ativo</b>	<b>7.435</b>	<b>9.787</b>

No exercício foi constituído crédito tributário de R\$ 2.996 (2015 - R\$ 2.429) sobre diferenças temporárias, tendo sido realizado R\$ 5.348 (2015 - R\$ 3.632). A previsão de realização dos créditos tributários no montante de R\$ 7.435 é estimada em 59% no 1º ano, 13% no 2º e 3º ano, 7% no 4º ano, 1% do 5º ao 8º ano e 2% no 9º e 10º ano. O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a estimativa de taxa de juros futuros apurada com base em informações de mercado, monta a R\$ 6.046 (2015 - R\$ 7.962). A Corretora tem reconhecido créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre todas as origens existentes em 31 de dezembro de 2016 e de 2015. O cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social é demonstrado como segue:

	2016	2015
<b>Resultado antes de IRPJ e CSLL</b>	<b>108.192</b>	<b>124.590</b>
Juros sobre o capital próprio	(44.000)	-
<b>Resultado ajustado</b>	<b>64.192</b>	<b>124.590</b>
Encargo total de IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes	(28.887)	(56.066)
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(651)	(517)
Efeito CSLL 5%	19	5.437
Outros	27	46
<b>Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos</b>	<b>(605)</b>	<b>4.966</b>
<b>Total da despesa de IRPJ e CSLL no exercício</b>	<b>(29.492)</b>	<b>(51.100)</b>

**14. Patrimônio líquido:** O capital social está dividido em 7.551.365 ações nominativas, sendo 3.851.196 ordinárias e 3.700.169 preferenciais, sem valor nominal. As ações preferenciais não têm direito a voto; todavia, gozam de prioridade no reembolso de capital em caso de liquidação da sociedade e prioridade na distribuição de dividendos, observado o direito ao recebimento de dividendos 10% superiores aos atribuídos às ações ordinárias. Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2015, foi aprovado o aumento do capital no montante de R\$ 50.000, mediante a incorporação de parcela correspondente à conta de Reserva de Lucros - Estatutária no valor de R\$ 50.000, sem a emissão de novas ações. Esse aumento de capital foi aprovado pelo BACEN em 03 de julho de 2015. A Reserva de Lucros - Estatutária poderá ser futuramente

#### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
	Nota	Segundo semestre 2016	Exercícios findos em 31 de dezembro 2016	2015
<b>Receitas de intermediação financeira</b>		44.443	86.511	74.051
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		44.443	86.511	74.051
<b>Resultado bruto de intermediação financeira</b>		44.443	86.511	74.051
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>		6.654	21.783	50.539
Receitas de prestação de serviços	12	42.732	87.589	106.938
Despesas de pessoal		(15.276)	(30.400)	(36.217)
Outras despesas administrativas	17	(14.399)	(21.946)	(8.997)

A DIRETORIA

Lucila Litwin - CRC 1SP228413/O-3

#### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas

**J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.**

**Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da J.P. Morgan Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da

Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para

fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



**PwC** PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

São Paulo, 20 de março de 2017.

**Caio Fernandes Arantes**  
Contador CRC 1SP222767/O-3